

## Ermida de São Sebastião

A primeira menção à ermida de São Sebastião data de 1517, quando é referida pela visitação da Ordem de Santiago. Teria sido fundada pelo concelho, talvez com esmolos dos fiéis. Apesar disso, a visitação de 1554 identifica Vasco da Gama como seu fundador. Não parece ter mantido uma actividade cultural de forma sistemática. A invocação de São Sebastião era tida como protectora das localidades contra as doenças e epidemias, e situava-se nas saídas das localidades.

Seria uma igreja “de pedra e cal”, com uma capela protegida por grades e madeirada de castanho; o ladrilho era de tijolo. No altar estava uma imagem de São Sebastião, embora não tivesse quaisquer outros ornamentos. Em 1533 os visitantes encontraram-se já várias vestimentas, embora gastas. O visitante considerou que não *avya vistido pera se dizer missa*, e determinou que as vestimentas fossem vendidas e o dinheiro entregue ao prior. As roupas devem ter sido de facto vendidas, pois em 1554 o visitante já encontrou poucas roupas necessárias ao culto: *nom tem cousa nenhuma mais que vinte e tres mezas de manteis e huma toalha de panno de linno hum pano de capa de chaul*. A ermida estava *deribada*. A visitação de 1565 já só menciona a confraria de São Sebastião que, em 1758, o padre Alexandre Mimoso refere ter a devoção dos soldados da praça de Sines (Falcão, 1987: 28). Segundo Arnaldo Soledade, a confraria e o seu compromisso, cujos irmãos eram os soldados da praça de Sines, foi confirmada em 1605 (Soledade, 1999: 185).

Junta à ermida, no século XVII, existia um chafariz mantido pela Câmara. Em 1667 o procurador do concelho requeria a sua limpeza, pois estava *cheio de pedras e sujo e o mandarão limpar*. Não se conhece o aspecto do chafariz. Continuou a ser utilizado até ao século XX.

Ainda no século XIX a ermida teve um papel relevante aquando das epidemias da *colera morbus*. Em 1833 rezava-se novenas pela saúde dos doentes e procurava-se reedificar a ermida, possivelmente por estar próxima ao lazareto onde eram colocados os doentes.

Apesar deste papel sanitário da ermida, Francisco Luís Lopes, em 1849, já não a refere, nem à confraria (Lopes, 1985: 68). O mesmo acontece em 1869, quando o padre Macedo escreve a sua monografia sobre o concelho de Santiago do Cacém. Refere-se somente à Matriz (Silva, 1869: 173) e à ermida de Nossa Senhora das Salas (Silva, 1869: 184).

A área em torno da ermida era um dos pontos de exploração de vinha em torno da vila, no mesmo século. No início do século XIX, era referida uma azinhaga de São Sebastião, local de passagem das carretas que se dirigiam ao porto.



Figura 1. Neste postal da primeira metade do século XX consegue-se ver a ermida de São Sebastião ao fundo, no lado direito. Câmara Municipal de Sines.

A área envolvente à ermida foi local de instalação de várias unidades de transformação de cortiça, quer da de O. Herold e Companhia, quer de José Marreiros da Rosa. Na segunda metade do século XX começou a sua urbanização.

No que respeita à ermida, a Primeira República Portuguesa (1910-1923) consubstanciou a separação do Estado da Igreja e a venda em hasta pública de todos os edifícios que não estavam votados ao público. Em 1911 um inventário dos bens da Igreja em Sines descrevia “Uma capella digo uma pequena capella dedicada ao São Sebastião. Tem altar mór, púlpito, côro e anexa ao sul a sachristia. Confronta redondamente com caminho publico.” Em 1918, além de uma descrição genérica semelhante a esta, a Comissão Concelhia dos Bens da Igreja descreveu os bens móveis nela existentes, de que se desconhece o destino: *seis castiças de madeira dourada: - quatro vasos de madeira dourada para flores. – um oratório vazio com porta de vidro. – uma imagem de São Sebastião: um cristo despregado da cruz: - duas cruces de madeira; um andor e uma lâmpada.*

Em 1923 a Câmara delimitou o perímetro da propriedade, adquirida em 1923 por Domingos Rodrigues Pablo, que aí instalou uma adega. Foi adquirida a António Ramalhete e esposa, residentes em Lisboa, em 1923.

A documentação municipal não informa acerca da data exacta do início das actividades da Igreja Evangélica de Sines. A primeira e última informação data de 1956 e é um ofício confidencial remetido ao Governo Civil de Setúbal. Nele o presidente da Câmara informava que existia um *agrupamento protestante* em Sines, liderado pelo missionário americano Augusto

Ramslad. Tinha 10 irmãos e fazia distribuição de roupa aos irmãos mais pobres, sem que houvesse manifestações públicas de culto.



A Igreja Evangélica de Sines nos finais do século XX. Arquivo Municipal de Sines, Coleção Fotográfica.

No que respeita ao protestantismo em Portugal, a historiografia refere o século XIX como data de início de divulgação do culto. Nesse período o protestantismo teve grandes dificuldades de implantação e apenas em algumas cidades (Lisboa, Porto) conseguiu criar comunidades de fiéis, ligadas às comunidades inglesas. Os protestantes, primeiro na Madeira e depois no continente, apoiaram a República e foram relevantes na defesa da pluralidade religiosa no país. Durante o Estado Novo o protestantismo foi tolerado, mas a prática de culto exigia autorização administrativa, tal como sucedeu durante a Primeira República (Santos, 2000: 44-45). Em 1971 foi promulgada uma lei de liberdade religiosa, mas apenas depois do 25 de Abril de 1974 se efetivou uma verdadeira liberdade de culto em Portugal, terminando o controlo administrativo sobre o culto.

Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines

## **Documentos de arquivo**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Visitação de Sines por Dom Jorge de Lencastre e Mestre da Ordem de Santiago. Chancelaria da Ordem de Santiago, livros 164, 197, 215

Arquivo Municipal de Sines. Vereações, livros 1, 11, 12, 17

Arquivo Municipal de Sines. Registo de Leis e Ordens, livro 2

Arquivo Municipal de Sines. Correspondência recebida pela Câmara Municipal de Sines, maço 289, documento 58

Arquivo Municipal de Sines. Comissão Concelhia dos Bens da Igreja., Inventário dos Bens da Comissão Concelhia Concelhia dos Bens da Igreja, 1918.

Arquivo Municipal de Sines. Inventários de bens da paróquia. Junta de Freguesia de Sines, 1871-1923

Arquivo Municipal de Sines. Inventário feito de acordo com o artigo 62º da Lei da Separação dos Bens da Igreja. Comissão Concelhia dos Bens da Igreja., Inventário dos Bens da Comissão Concelhia Concelhia dos Bens da Igreja, 1918.

## **Referências bibliográficas**

Falcão, José António (1987). Memória Paroquial do Concelho de Sines em 1758. Santiago do Cacém: Real Sociedade Arqueológica Lusitana. Separata do *Repertorium Fontium Studium Artis Historiae Portugaliae Institurandum*, série B, nº1.

Lopes, Francisco Luís (1985). *Breve Notícia de Sines, Patria de Vasco da Gama*. 2ª edição. Sines: Câmara Municipal.

Santos, Luís Aguiar (2000). O Protestantismo em Portugal (séculos XIX e XX): linhas de força da sua história e historiografia. *Lusitania Sacra*. Lisboa: Universidade Católica. 2ª série, 12. 37-64.

Silva, António de Macedo e (1869). *Annaes do Municipio de Sant'Iago de Cacem*. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional.

Soledade, Arnaldo (1999). *Sines, Terra de Vasco da Gama*. 4ª edição. Sines: Câmara Municipal de Sines.